

TOMICH, Dale (...) USP – Ano X, n. 15, p. 11-24, 2019

Traçando um conceito : a segunda escravidão por Dale Tomich

Dale Tomich é professor na Universidade de Binghamton, tendo feito seu doutorado “Prelude to Emancipation: Sugar and Slavery in Martinique, 1830-1848” em 1976, pela Universidade de Wisconsin. Referência nos estudos acerca do tema da segunda escravidão, Tomich tem contribuído pra o debate sobre a relação e conexão entre os espaços escravistas nas Américas no século XIX a partir desta categoria. É vice-diretor do Centro Fernand Braudel que, recentemente, estabeleceu o Centro UFF sobre desigualdades globais.

A presente entrevista foi realizada pela historiadora e editora da RAN Beatriz Nowicki Galera no dia 26 de julho de 2019.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Dale, o senhor pode contar sobre a sua trajetória intelectual, sobre como começou o seu interesse pela pesquisa em história?

DALE TOMICH

Eu tive sorte, porque vários dos autores que falarei me influenciaram inclusive pessoalmente. No campo da história, o primeiro foi o E. P. Thompson. O primeiro livro que li sem ser simplesmente algo para um curso foi a biografia de William Morris e foi super interessante. O meu professor, Harvey Goldberg, me emprestou sua cópia para eu ler. É interessante, pois Thompson escreveu a primeira edição antes de escrever *The Making of English Working Class* quando ainda era membro do Partido Comunista Britânico, foi a formação da nova esquerda inglesa. Na primeira edição tem umas 150 páginas onde ele está debatendo as teses ortodoxas Comunistas sobre política, literatura, história e dá pra ver de onde vem o *Making*. Acho uma pena que, na segunda edição, ele tenha cortado todas essas partes, considerando-as ultrapassadas. Para mim, essa primeira edição é mais relevante, porque dá pra ver o desenvolvimento de sua historiografia de maneira muito clara.

Quando fui para a Inglaterra para fazer o curso com o Thompson sobre industrialização, eu já tinha lido *Os Jacobinos Negros* em outra disciplina de graduação. Neste curso, o Thompson tratou também do Eric Williams e de o *Capitalismo e Escravidão* e essa foi a primeira vez em que eu li esses dois textos juntos. Então, eu voltei para Wisconsin muito animado para continuar trabalhando em história, porque na universidade americana você faz um curso geral nas artes liberais, não especialista em história. Eu escolhi história e continuei a trabalhar com história social, história do trabalho e li os outros ingleses, como o Hobsbawm e o Christopher Hill.

Além disso, li muitas coisas sobre filosofia e teoria social e sobre a história. Eu li Lukacs, aprendi a ler francês lendo *História e Consciência de Classe*. Não havia edições em inglês naquela época e eu queria aprender línguas estrangeiras. Assim, eu fui muito influenciado pelo Lukacs, o Korsch, e o próprio Marx, sobretudo o jovem Marx. Também li muito o Max Weber, pois foi o meu professor de sociologia na época, Hans Gerth, um alemão exilado pelos nazistas, quem traduziu Weber para o inglês, mas isso foi mais na pós do que na graduação.

Quando entrei na pós-graduação, comecei a estudar história social europeia, depois mudei de direção e fui fazer uma tese sobre o Caribe. Neste momento, o Sidney Mintz foi essencial. Em 1966, a nova história social estava no começo, a nova história do trabalho também, mas quando eu comecei a pós, um trabalho nessa área não me pareceu ter muito sentido, pois ou se fazia história dos sindicatos, ou das greves, eram esses os temas predominantes. Foi então que eu conheci pessoalmente o C.L.R. James. Comecei a conversar com Harvey Goldberg, o meu orientador, pois não estava querendo fazer história do movimento operário.

Eu estava pensando como, no âmbito americano, um trabalho sobre a escravidão e Caribe seriam uma maneira de romper com os limites da historiografia norte americana. Era preciso pensar fora da caixa, entender as coisas de uma maneira mais ampla. Então, decidi com o Goldberg que iria trabalhar com o Caribe Francês. Eu escrevi uma tese de mestrado sobre o Aimé Césaire, um poeta e um político de Martinica, como uma maneira de me introduzir ao Caribe. Lembro que vi o livro do Mintz, *Caribbean Transformations*, na janela de um sebo e comprei. Este livro foi fundamental para eu entender o Caribe. Bom, estes foram os autores fundamentais, Sidney Mintz e C. L. R. James, e também Eric Williams.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Então o senhor escolheu pensar diferente do que era costumeiro em história do trabalho. Qual era o ambiente intelectual do momento de sua formação? Como ele contribuiu pra essa visão “fora da caixa”?

DALE TOMICH

Eu tive sorte, porque o meu orientador, Harvey Goldberg, foi muito aberto e eu o conhecia desde o segundo ano da graduação. Ele foi um ótimo mentor para mim, sempre me empurrava para ler tudo: literatura, ciências sociais, história e historiografia, livros sobre a China, tudo. Porque esse era o ambiente dos anos 1960, com elementos críticos no departamento de história de Wisconsin que rompiam com uma especialização estreita. Mesmo quando eu estava fazendo história europeia, estava fazendo de toda a Europa e não somente de um local. Também sempre enfrentamos o problema de como escrever a história. Então minha formação foi muito ampla e, posso dizer, cosmopolita. Eu aprendi a ler francês, passei um ano na França, lendo a bibliografia de lá, tanto de ciência sociais, quanto de história. Mesmo trabalhando com o Caribe Francês, li também a bibliografia sobre o Caribe Espanhol

e o Brasil. Inclusive, antes de ir para o Brasil, conheci Antonio Barros de Castro e, mais tarde, em 1982, conheci Maria Sylvania Carvalho Franco no departamento de História da UNICAMP. Os dois pensavam de uma maneira muito parecida com a minha, de modo que me influenciaram muito. Quando vim ao Brasil comecei a ler a historiografia brasileira mais sistematicamente.

Outra coisa que tenho que dizer é que como eu estava formado nos anos 1960 e 1970 num programa da nova esquerda, vamos dizer, o inimigo foi sempre o Fernand Braudel. Ele era tido como estático, conservador, etc. A coisa interessante é que depois de dar por muitos anos um seminário sobre o sistema mundo junto com o Immanuel Wallerstein, foi ele que me fez apreciar o Braudel. O que aconteceu comigo em Binghamton foi uma inversão de tudo, porque quando eu cheguei pensava principalmente na agência dos trabalhadores; eu estava dominado pela perspectiva do E. P. Thompson em *Making*. Eu tinha o bom senso de saber que eu não poderia duplicar esse tipo de trabalho, mas foi sempre para mim o modelo do que um bom trabalho em história deve ser.

Além disso, tem outra fase que tem aspectos pitorescos. Quando eu terminei o doutorado, o meu problema profissional foi que todo o meu trabalho tinha sido sobre o Caribe e escravidão e isso não cabia em nada. Eu defendi a tese em 1976, que foi um ano péssimo para o mercado acadêmico. Eu fui para Chicago juntamente com outros 300 novos doutores, estourando o número de candidatos para empregos e entrevistas. Dei muita sorte para conseguir um trabalho em Binghamton.

Quando cheguei estava muito focado nas coisas particulares e, de repente, vem essa ideia do Wallerstein e do sistema mundo, foi um novo foco de difícil assimilação. Logo depois de assumir o cargo em Binghamton, fui fazer uma pesquisa na Martinica. Até aquele ponto eu tinha lido todo o jovem Marx, mas, como eu estava agora no departamento de sociologia em Binghamton, comecei a ler *O Capital*. Durante a semana eu fazia minhas pesquisas no arquivo e durante os fins de semana ia para a Praça Central, onde o Frantz Fanon e seus irmãos costumavam passear, e ficava lendo *O Capital* debaixo de uma palmeira.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Qual a relação entre todos esses autores e o marxismo para você naquele momento?

DALE TOMICH

Ler os *Grundrisse* e o trabalho de Roman Rodolsky sobre a origem do *Capital* foi importante pra mim naquela época e me fez repensar o marxismo. Eu acompanhei o debate entre Thompson e Althusser. Eu não gostava do Althusser. A primeira coisa que escrevi na graduação foi uma crítica à perspectiva althusseriana.

Isso se liga ao meu trabalho sobre a escravidão no sentido que, a partir do Thompson, eu tinha o projeto de fazer uma história dos escravos como trabalhadores. Porque naquela época, todas as discussões sobre o escravo enfocavam a raça, mas eu pensava no escravo como um trabalhador. Nesse ponto eu queria explorar um caminho que C.L.R. James tinha aberto.

Outra coisa que o Thompson sempre disse em sala de aula é que “a história é uma disciplina de contexto”. Então eu tinha a ambição de escrever sobre o escravo como trabalhador no processo de produção, na produção do açúcar, etc. Essa maneira de pensar era interessante e se combinava com a perspectiva do sistema mundo. O capítulo que Thompson dedica à exploração do trabalhador em *Making* me inspirou a pensar na exploração do escravo. Mas o contexto é inteiramente diferente. É preciso pensar de modo completamente diferente sobre a exploração do escravo. O meu problema era como pensar essa diferença e como entender esse contexto.

Comecei com o Caribe. Daí entendi que Martinica não é todo o Caribe, não é todo o mundo e tampouco é uma sociedade independente. Na tese, a única teoria que eu tinha para ligar a Martinica com a França era a teoria da dependência, mas esta não me parecia suficiente. Eu estava ampliando o meu horizonte. Quando cheguei em Binghamton percebi que o sistema mundo era superior à teoria da dependência para compreender o contexto. O sistema mundo permite muitas conexões e não foca simplesmente o par colônia/metrópole, ou periferia/centro. Percebi uma multiplicidade de possibilidades, incluindo nessas as relações das colônias francesas com as colônias inglesas e espanholas. Integrar essas múltiplas possibilidades dentro da formulação do problema me pareceu muito instigante. Então, rompi com a dominação do modelo de Thompson.

Mesmo abrindo esse espaço novo, eu continuava me preocupando em como pensar o escravo como trabalhador nesse contexto mais amplo e em como especificar essas relações em seus vários níveis. Eu sempre disse aos meus alunos que existem inúmeros livros com o título “Escravidão e açúcar em...” e que esses são sempre o mesmo livro, com os mesmos temas, apenas com diferenças locais. Todos esses livros têm alguns parágrafos sobre como fazer açúcar. O que muda no meu livro é o projeto de ler a escravidão através do açúcar e não o contrário. Assim, quando eu terminei meu livro, *Martinica no Circuito do Açúcar*, ele teve

uma recepção engraçada: ou as pessoas adoram o livro e o consideram pioneiro, ou não entendem nada. Eu queria fazer uma articulação vertical: do sistema mundo para o Império Francês, daí para a Martinica, chegando afinal no engenho, tudo dentro do contexto do açúcar. A partir dessa pesquisa pude perceber como as relações de trabalho são formadas no interior de um processo de trabalho determinado e não simplesmente na relação senhor-escravo. As determinações do processo de trabalho incluem a geografia, a tecnologia, o meio ambiente e, sobretudo, temporalidades. A ideia da segunda escravidão já está implícita no *Circuito do Açúcar*. É só que naquela época eu não percebi o que estava fazendo.

Este foi um momento muito rico para mim. Eu estava também dando o curso sobre o sistema mundo junto com o Wallerstein. Para esse curso, eu estava lendo muito Braudel, entre outras coisas. Estava também lendo e relendo *O Grundrisse* e *O Capital*, para um outro curso que eu oferecia, o curso sobre teoria. Esse trabalho todo me fez pensar as categorias de modo mais flexível: não tem um modo de produção definido, o proletariado não é a única representação do trabalho, não há uma divisão fixa entre produção e mercado. Isso tudo distorcia o pensamento de Marx. Eu podia pensar nessas relações abstratas concretizadas em situações particulares como a Martinica, a Jamaica, o Brasil, mas sempre interligados num sistema mais amplo. Fazendo isso, eu tive a ideia que o problema do marxismo na história é que os marxistas lêem *O Capital* como se fosse uma teoria que funciona diretamente dentro da história. Os marxistas tomam *O Capital* de Marx como norma, e por isso têm de inventar vários desvios, as fases do capitalismo: o capitalismo tardio, o capitalismo monopolista, o capitalismo atrasado, etc. Todas essas categorias são fixas e ligadas a outras coisas que também são entendidas de maneira rígida. Quebrando com esse modelo de pensar, é possível compreender de modo mais orgânico as relações entre os fenômenos históricos.

Mas também percebi, lendo *O Capital*, que Marx quer fazer uma explicação teórica do conceito de capital. Para isso, está sempre fazendo abstração da história. Por exemplo, a ideia de que o trabalho assalariado tem como base o trabalho escravo. Muita gente que escreve sobre a escravidão cita as duas frases do *Capital* que mencionam a escravidão, ou seja, os poucos momentos em que Marx se refere à escravidão. Mas Marx não está interessado aí em explicar a escravidão. O que ele nota é que há um mundo em que estes dois modos de trabalho estão interligados, mas seu interesse é diferenciar o trabalho assalariado do trabalho escravo. O que eu percebi é que durante todo o texto do *Capital*, Marx quer formular um conceito histórico específico do capital, mas não está escrevendo história. Quando se refere à escravidão, ou aos servos poloneses, Marx busca explicitar a especificidade da relação capital-trabalho assalariado através de contrastes. Não é sua intenção escrever a história do capitalismo.

Portanto, *O Capital* é um livro que abstrai da história conceitos específicos, mas esta teoria não é uma história do capital. Não podemos aplicar *O Capital* à história como se fosse uma teoria que pode explicá-la. Se você quer fazer a história da escravidão de um ponto de vista marxista, você tem que começar com os conceitos, mas pensar contra a lógica do Capital. É preciso reinserir todas as coisas que o Marx tirou do texto: as relações históricas entre trabalho assalariado e escravidão, que Marx não discute. Porque na história essas relações existem e influenciam uma à outra. Para fazer uma história do capital deste ponto de vista metodológico, é preciso inverter o percurso de Marx, indo do conceito à especificidade histórica. Como uma primeira aproximação, esta inversão me parecia muito similar à perspectiva de Braudel, já que o seu ponto de partida é o mercado mundial e não o capital e o trabalho assalariado. Há que se pensar em todas essas coisas: a geografia e a vida material, como a produção do café não é a mesma coisa que a produção do algodão, como a escravidão do século XVII não é a mesma que a do século XIX. Isso tudo abre um amplo espaço para se repensar a história. Todas essas leituras me guiaram para essa direção. Faz sentido?

REVISTA ANGELUS NOVUS

Faz sentido sim, pois quando o senhor chega no Brasil, no final dos anos 1980, a discussão aqui sobre a escravidão também está passando por uma transição daqueles autores que pensavam mais na estrutura, tidos como marxistas mais engessados, para os que vão pensar o escravo enquanto ato, com o termo agência.

DALE TOMICH

Sim, isso é um fenômeno mundial. O problema é como foi interpretado o debate entre Thompson e Althusser. Acho que o Thompson faz uma boa crítica ao Althusser até certo ponto. *Miséria da Teoria* é um livro importante porque rejeita o estruturalismo, já que tudo para o Althusser é uma reificação teórica com categorias fixas e de aplicação mecânica, portanto sua forma é ahistórica. Acho que o Thompson discute esses problemas muito bem. Por outro lado, os leitores do Thompson colocaram a agência de um modo que cristalizava uma oposição entre estrutura x agência, o que para mim é uma oposição falsa. O problema é que ao começar com a agência de indivíduos ou grupos sem estabelecer o contexto, você acaba com uma teoria da história que traz consigo uma série de pressuposições, como por exemplo que o agente tende a fazer a revolução ou a lutar contra os senhores, mas sem examinar como esses indivíduos ou grupos são formados através de relações históricas.

Parece haver então uma luta universal dos escravos pela liberdade, que os historiadores presumem ser sempre o alvo de todos e cada um dos escravos. Eu não tenho dúvidas de que o escravo quer ser livre, mas a questão para o historiador é como os escravos entendem a liberdade e quais são as possibilidades concretas de luta e, ainda, quais são as consequências de suas lutas. Estas questões desaparecem em um discurso que toma a agência como ponto de partida. Em uma tal perspectiva, emancipação e alforria se tornam os grandes momentos de liberdade. Poucos historiadores indagam como os escravos pensam a liberdade e como eles lutaram para atingir os seus alvos. O que encontramos, antes, é a perspectiva do próprio historiador a respeito do que é liberdade e do que é escravidão. O Hobsbawm em seu livro *Sobre a História* tem uma resenha sobre um livro do Richard Price sobre os *maroons* em Guiana e os missionários. O Hobsbawm diz que, primeiro, não é preciso um grande trabalho teórico para entender como os escravos querem fugir da situação da escravidão. Para ele, o mais interessante no trabalho de Price é o porquê de os missionários protestantes virem para converter esses escravos, mesmo sabendo que eles só podem sobreviver nos trópicos por dois anos, depois disso, os missionários morrem. Esse é o problema de verdade no livro, escrito com documentos dos missionários, história oral, textos dos escravos e a interpretação do Price. O Hobsbawm conclui dizendo que há todo esse esforço para replicar as vozes na história, mas que, na verdade, a única voz que fala no livro é a do Price. Esta dificuldade está inerente ao método e aos pressupostos de pesquisa.

Esse é outro motivo por que eu gosto do Braudel: suas estruturas são históricas. A longa duração é uma relação histórica que muda devagar. Não é uma estrutura como pensam Althusser ou a sociologia norte americana, -- fixa, externa e determinante da ação. O genial no Braudel é a teoria do tempo. As estruturas temporais restringem a agência, que, para mim, é sempre formada por possibilidades determinadas historicamente. Então, quando eu escrevi sobre a Martinica, quis descobrir dentro do próprio processo de trabalho como os escravos lutavam, e constatei que lutavam para modificar o dia de trabalho, e não por uma liberdade em abstrato. Eles não querem trabalhar à noite. Eles querem poder cultivar as suas roças, e se utilizam delas para fazer greves e diminuir o tempo do trabalho. É mais complexo. Mesmo assim, foram os escravos que provocaram a crise açucareira na Martinica, que contribuí para a abolição da escravidão. Eles se reconstituíram como camponeses, como camponeses proletários, quer dizer, eles continuaram trabalhando nos engenhos depois da abolição., Mas agora queriam ditar as condições de trabalho, de pagamento. Queriam pôr em primeiro lugar suas próprias aldeias e economias informais, e não o trabalho no engenho. Queriam o engenho para conseguir dinheiro, mas na verdade, queriam uma economia de uso direto. Portanto, o problema para o capital é como recuperar esta mão de obra, que escapou das

relações com o engenho e que agora está ditando as relações de trabalho. Este é, em escala mais ampla, o mesmo problema da emancipação dos EUA depois da Guerra Civil.

Então, sempre há contextos diferentes, nos quais as leis de alforria, ou os direitos de cidadania aparecem como possibilidades para o escravo resistir. Mas as lutas dos escravos assumem formas diferentes e tem consequências diferentes. O trabalho do historiador é reconstruir essa complexidade e entender como os atores históricos compreendiam resistência e dominação. Para os senhores, as condições de dominação também estão sempre mudando, porque todas as economias locais estão mudando, assim como a economia mundo também. A Martinica, mesmo sendo pequena, chegou a ser um dos mais importantes produtores de açúcar do mundo, mas em 1830 já não era mais. Assim, a questão é entender como mudaram essas relações.

Mesmo hoje em dia há contextos diferentes e resultados divergentes que é preciso compreender. Os martiniquenhos se tornaram cidadãos franceses com a abolição, e até hoje são cidadãos. Os porto-riquenhos vivem condições semelhantes às deles, e são muito explorados. Agora estão em um momento político interessante, depois do furacão, muitos deles fugiram para os EUA, como cidadãos de lá que são. Em Porto Rico eles não podem votar para representantes no governo federal, já quando estão nos EUA, eles podem. Há vários distritos eleitorais em estados como a Florida ou New Jersey, que de repente têm maiorias porto-riquenhas, que podem votar nas eleições. Ou seja, sempre existem essas particularidades que o historiador tem que levar em conta e não simplesmente tomar a agência em abstrato.

Tenho um amigo que é sociólogo na Cornell University, Philip McMichael, e ele diz que a maioria desses estudos têm agência prematura, pois vão diretamente para a agência sem entender as mediações e as condições específicas. Escrever história é super complicado, pois, na prática, trabalhamos com partes apenas de um processo total e complexo. Por isso me preocupo com o método. Como escrever história abrindo espaço para fazer ligações novas, continuar em novas direções e não se fechar? Pois o nosso trabalho sempre deve se abrir, pensar e repensar.

REVISTA ANGELUS NOVUS

Nesse contexto de hiper especialização dentro da universidade, em que a pessoa estuda algo bem localizado e datado, como manejar essas mediações com a totalidade?

DALE TOMICH

É difícil. Mesmo no discurso de Wallerstein, ele tem duas inovações: a do sistema mundo e a do método histórico unidisciplinar, que combina todas as disciplinas. Mas não sei se é razoável pensar em um método que combine todas as disciplinas. Tem várias disciplinas com as quais a gente se aproxima na história, como a economia, a antropologia e a sociologia. Depende do problema a ser investigado de que disciplina nos aproximamos.

Por um lado, há a ideia de que o começo do pensamento é uma ideia de totalidade, mas isto é um pressuposto metodológico e não empírico. Para mim, isso vem muito do Marx na maneira como este pensa a relação entre ser humano e natureza. Do ponto de vista metodológico, acho que tudo está no primeiro capítulo do *Capital*. O valor de uso não é uma categoria material, mas altamente teórica, porque é o uso separado conceitualmente de todas as relações sociais e concebido simplesmente materialmente. É uma forma de relação do ser humano com a natureza. Pensando nisso, já há uma ligação entre geografia e meio ambiente implícita na teoria do *Capital*. Então, podemos ler todo o Marx como a teoria mais sofisticada de como as relações entre o homem e a natureza estão mudando através das mediações sociais do capital. Este ponto muda todas as leituras convencionais do Marx. Por exemplo, para se tratar concretamente do açúcar, deve-se pressupor todo o mundo social histórico por trás, ou seja, um mundo em que a produção, o mercado, o consumo e a distribuição não estão isolados, mas interagem entre si. Isto liga o trabalho escravo com o assalariado, O fator geográfico deve também ser integrado na análise, pois a cana de açúcar só cresce em certas terras determinadas, ela não cresce no Canadá, por exemplo.

Neste momento de crise, temos que nos afastar dos conceitos já dados e temos que repensar absolutamente tudo.

Como fazer isso? É continuamente repensando as relações. O Marx não está escrevendo uma história do mundo, mas suas categorias abrem caminho para pensar questões como “qual é a relação com a natureza em uma economia que tem como pressuposto produzir mercadorias? Mercadoria também não é sempre a mesma coisa para ele. As mudanças na forma da mercadoria podem ser lidas como uma relação social e isso é uma janela para pensar essa totalidade.

Temos que pensar que o nosso estudo é parte desse mundo, portanto, quais os temas e problemas que são mais importantes para nós? Assim podemos repensar a parte do que estamos fazendo individualmente, sempre em torno de um problema e não em abstrato. O historiador não está tentando explicar abstratamente todos os fatos do mundo, sempre tem alguns pressupostos que determinam como vai proceder no estudo e como escolhe os dados e fontes e quais deles são relevantes, tudo dentro de um contexto aberto. O que eu gosto no

sistema mundo é que ele inverte a lógica das ciências sociais convencionais, pois não está tentando defender uma dada explicação, mas colocar um problema determinado e buscar entendê-lo a partir dos dados que são relevantes para a análise. O sistema mundo não é ligado a qualquer explicação como a luta de classes ou a queda da taxa de lucros.

Busca antes pensar uma relação entre o problema e os dados. O momento decisivo é o de refletir sobre os dados e aprender algo novo, e não selecionar somente os dados que cabem em uma tese já dada. Por isso, é preciso levar em conta todos os aspectos do problema e se abrir para as várias possibilidades históricas que não estão pré determinadas. Para mim, não faz sentido restringir os temas da pesquisa histórica, mas é preciso pensar com o problema e não tratar as categorias como se estas fossem o objeto da história. As categorias estão sempre abertas.

Vamos dizer, você está tratando da alforria em um determinado local em Minas Gerais. Ótimo. Mas você deve levar em conta primeiro que essa localidade é uma concentração das relações de um mundo muito mais amplo e que não é uniforme. Quais são as determinações mais importantes para o problema neste local e tempo? É preciso considerar que há também outros processos além deste que estamos estudando. Todos os pressupostos da pesquisa são provisórios. Uma vez que definimos o problema e reunimos os dados, a questão é como vamos interpretar isso tudo. É mais produtivo apresentar o trabalho de uma maneira aberta, tentando apreender a localidade como parte do mundo em que esta concentração de relações se forma.

Não precisamos escrever a história do mundo para escrever a história da alforria em Minas Gerais. Por outro lado, temos que entender que a alforria não é uma caixa fechada e isolada do resto da escravidão no Brasil. Na maneira positivista de fazer história, o problema é fechado e você escolhe o que vai trabalhar e aí o trabalho consiste em saber tudo o que é possível saber sobre este tema e nada além. A ideia é que todos esses estudos parciais podem ser combinados para chegar a uma compreensão histórica geral. Para mim é preciso inverter esse processo. No caso de uma localidade como Ouro Preto, deve-se saber todo o possível sobre a alforria ali, mas também entender os processos que formaram Ouro Preto naquele momento: as relações econômicas, sociais e políticas mais amplas. Tudo isso vai afetar a noção de alforria. Se você quer pensar o Brasil no sistema mundo, no capitalismo mundial, o ponto de partida na perspectiva do sistema mundo é reconstruir e compreender o que é o Brasil. Se eu quero pesquisar Ouro Preto, preciso lembrar que o Brasil é uma rede de relações que está sempre sendo formada e reformada, preciso reconstruir todas essas relações fora e dentro de suas fronteiras e preciso ainda entender como esta localidade é um processo nessa rede de

REVISTA ANGELUS NOVUS

relações. É preciso construir aquilo que forma a unidade de observação, em nosso caso Ouro Preto, sem presumir que o objeto está dado.

Todo o problema da especialização que você mencionou na sua pergunta presume que existem unidades dadas para os especialistas estudarem. Se a unidade é um bairro no Rio de Janeiro, ou o Brasil inteiro ou o sistema mundo a pergunta mais produtiva é indagar como esta unidade de observação foi formada no momento em que eu quero pesquisar. Qual o foco que é mais importante para iluminar o que quero fazer sem perder a ideia de que este não é um espaço dado, mas formado. Devo entender os processos nesse espaço, sabendo que há um sistema maior, e entender indiretamente que a unidade não é permanente ou estável, ou seja, Ouro Preto em 1830 não é a mesma coisa que Ouro Preto em 1870. Deve haver essa sensibilidade de primeiro construir a unidade da qual a pesquisa tratará, mas sem fixá-la, entendendo que ela é fluida e pode mudar.

REVISTA ANGELUS NOVUS

O senhor falou bastante do pensamento do Marx e sua influência nas suas obras e fiquei pensando se o conceito de segunda escravidão tem alguma relação com o de segunda servidão do Engels e do Marx.

DALE TOMICH

Indiretamente. A segunda escravidão tem uma história particular. Quando cheguei nessa ideia, eu tinha que dar um nome pra ela, pois era algo original. Vou tentar recapitular como desenvolvi esse conceito. Quando fui fazer a pesquisa para o doutorado, fui aos arquivos franceses com a ideia fazer um trabalho sobre os escravos a partir do modelo do Thompson. O que eu pensava em fazer era uma pesquisa sobre a agência e cultura dos escravos, mas não encontrei material no arquivo para fazer isso. O que tinha era muita documentação sobre os engenhos. Paradoxalmente, sem fazer uma pesquisa sobre a tecnologia e o processo de trabalho, eu não poderia entender as lutas dos escravos. Por isso, o livro sobre a Martinica reconstrói o mercado do açúcar e o processo de trabalho nos engenhos de Martinica. Por isso também não tem capítulos sobre temas como os libertos, ou raça, como é comum nos livros sobre escravidão. A argumentação do livro segue uma articulação vertical. Os capítulos iniciais tratam do mercado internacional e do mercado francês do açúcar, para reconstruir a especificidade da indústria açucareira na Martinica no interior dos processos mais amplos do sistema mundo. Em seguida, o foco recai sobre o desenvolvimento do

engenho e do processo de trabalho, primeiro do ponto de vista material e técnico. Os capítulos que seguem tratam dos mesmos processos, mas na perspectiva das relações sociais, enfocando, por isso, as lutas sobre o dia do trabalho e etc. Por sinal, nesse contexto examinei as mudanças técnicas na produção do açúcar, já que foram muitas as tentativas de inovar a tecnologia. Os escravos da Martinica certamente poderiam ter feito todos os trabalhos especializados exigidos pelas novas tecnologias. Mas na Martinica as reformas técnicas não puderam mudar a organização da produção do açúcar por causa da organização espacial e técnica desses engenhos, que se havia consolidado no século XVIII. As novas tecnologias funcionaram em Cuba, onde as novas plantations podiam ser estabelecidas em escala bem maior.

O problema pra mim era elaborar um conceito que explicasse estas diferenças e organizar o contexto. Para mim, na época, o único livro que existia em torno do tema era o do Manuel Moreno Fraginals sobre o engenho cubano. Seu livro é magnífico do ponto de vista histórico, mas sua interpretação é muito marxista ortodoxa, querendo dizer que o que aconteceu em Cuba não foi um revolução industrial de verdade, pois foi feita por escravos que não podem lidar com as máquinas e que Cuba continuou subdesenvolvida. O que me pareceu mais interessante é que os primeiros experimentos com essa nova tecnologia foram feitos na Martinica. Lá não deu certo, mas em Cuba sim. Isso dá uma boa tese, porque os senhores cubanos foram à Martinica para estudar a tecnologia e os martiniquenhos foram para Cuba entender por que lá essas inovações deram certo. Então no mesmo momento histórico houve esse intercâmbio que foi interessante. Essa comparação entre o uso da tecnologia em Cuba e na Martinica permite entender as particularidades de cada espaço.

Em geral, se fala do Caribe como uma unidade, mas o interessante nele é a sua heterogeneidade. Este é o problema do “sociocentrismo”, por assim dizer, quando todos esses países são tratados como subdesenvolvidos e como se fossem os mesmos. Mas todos eles têm geografias e histórias diferentes e interligadas. Estas mudanças dentro do próprio Caribe complicam a escolha de uma unidade de pesquisa fixa, fechada e determinada. A própria Martinica comprava as mulas para seus engenhos da Argentina e do sul do Brasil. Eu estava refletindo sobre essa comparação entre Cuba e Martinica e, de repente, ficou claro para mim que a escravidão e a indústria açucareira de Cuba eram completamente diferentes das da Martinica, da Jamaica, e de Barbados. Os pressupostos da produção açucareira cubana são os da tecnologia moderna: ferrovia, máquinas. Ao contrário do que disse o Moreno, Cuba teve uma escravidão industrializada, produzindo uma mercadoria de massa para um novo capitalismo. Assim também é o caso do algodão nos EUA e do café no Brasil. Primeiro eu

notei essas relações e, para demarcar essas diferenças, pensei que teria de falar em uma segunda escravidão.

Essa ênfase está muito ligada à leitura que faço do livro do Witold Kula sobre os servos na Polônia, apesar de este tratar de um período muito distinto. A escravidão em Cuba parecia ser análoga à segunda servidão no Leste Europeu, no sentido de que nela também houve uma transformação de uma relação já existente, relacionada ao crescimento dos mercados.

Mas ainda hoje eu estou tentando entender o que significa a segunda escravidão, porque esse conceito rompeu com os quadros mais convencionais de interpretação da escravidão. Abre espaço para a reinterpretação da escravidão e de outras formas de trabalho não livre no decorrer da história, e permite examinar, ainda, como estas estão interligadas com o mundo do trabalho e do capital. Para mim, é um projeto aberto. Eu não estou tentando defender uma tese, mas promovendo uma perspectiva. Acho isso muito mais produtivo.